

GT: Grupo de Estudo e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social-  
GEP-QPSOCIAL

## **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ANÁLISE: Notas sobre a sua operacionalização**

**Resumo:** O presente artigo, tem o objetivo de analisar a trajetória do Sistema Único de Assistência Social, sua trajetória histórica que está permeada por avanços e retrocessos, além de apresentar notas acerca da sua operacionalização, trazendo dados coletados a partir do Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando o estado do Rio Grande do Norte e o Município de Ceará-Mirim, também faz uma discussão, a partir de uma revisão bibliográfica, acerca da Política de Assistência Social ao longo da história brasileira, enquanto política pública reconhecida a partir da Constituição de 1988, bem como apresenta a importância da pesquisa e dos estudos socioeconômicos enquanto parte do cotidiano profissional do/a assistente social, e encerra fazendo uma reflexão sobre a pobreza e os desafios impostos aos Sistema Único de Assistência Social, pela égide neoliberal e os seus impactos na política e na intervenção do/a profissional assistente social, que diferente da perspectiva neoliberal/liberal, deve enxergar a pobreza enquanto expressão da questão social.<sup>7</sup>

**Palavras-Chave:** Sistema Único de Assistência Social. Assistência Social. Indicadores Sociais. Serviço Social. Pobreza

Carlos Henrique de Amorim Farias

### **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo parte a partir de uma reflexão acerca do funcionamento e operacionalização do Sistema Único de Assistência Social no estado do Rio Grande do Norte e no município de Ceará-Mirim, após a nossa participação na 14ª Conferência Municipal de Assistência Social realizada em julho de 2025, no município citado anteriormente, cujo tema foi acerca dos 20 anos da trajetória de construção do SUAS, proteção social e resistência, desafios e perspectivas.

Outra motivação que nos levou a elaborar o referido trabalho, é o fato de termos participado do projeto de pesquisa da Base de Pesquisa em Serviço Social e Seguridade Social, intitulado: Reconstituindo o protagonismo do serviço social através das ações sócio educativas efetivadas pelos CRAS do Polo Potengi/RN, onde durante a elaboração do projeto, fizemos o acompanhamento e monitoramento dos indicadores sociais de cada município do referido território.

Dentro desse contexto, o objetivo do artigo é trazer uma reflexão acerca da trajetória da construção da Assistência Social enquanto política pública no Brasil de maneira resumida, bem como da construção do Sistema Único de Assistência Social, fazendo uma Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), colaborador voluntário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Questão Social Política Social e Serviço Social (PPGSS-UFRN)

Email: [hcdecristo@yahoo.com.br](mailto:hcdecristo@yahoo.com.br)

interlocução acerca da pobreza enquanto expressão da questão social sob a égide do neoliberalismo, finalizando com os levantamentos de dados feitos através dos sites do IBGE e do Relatório de Informações do MDS e publicizá-los.

Para justificarmos essa temática, é de suma importância trazermos essa temática, fazendo uma ligação com a importância dos estudos socioeconômicos, para que possamos conhecer melhor o perfil dos/as usuários/as da assistência social, dentro de uma perspectiva crítica podemos compreender que:

a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do exercício do assistente social, vislumbram-se os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto de intervenção e da intervenção propriamente dita (GUERRA, 2009 p. 2)

Portanto, faz parte do exercício profissional do/a assistente social, essa dimensão investigativa e a pesquisa social, no sentido de conhecer a realidade que está sendo posta dentro do seu espaço sócio ocupacional, quando os/as usuários/as cuja as vidas são marcadas pelas expressões da questão social e com isso pode intervir.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A política de assistência social no Brasil, assim como as demais políticas sociais de acordo com a literatura do Serviço Social, sempre se “caracterizaram por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando a incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira” (COUTO, et all, 2012 p.54).

Essa é uma determinação histórica que permeia a trajetória de construção das políticas sociais no Brasil, que maneira fragmentada, um exemplo disso é a Lei Eloy Chaves de 1923 que instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) que eram direcionadas a alguns setores da economia como ferroviários e marítimos, além da sua dependência aos interesses econômicos de quem ocupa o poder que nessa conjuntura permeada pela lógica neoliberal, percebemos essas determinações serem reforçadas, principalmente quando o processo de desconstrução e desfinanciamento do SUAS ganhou mais força a partir Emenda Constitucional 95/2016, o chamado “teto dos gastos” que congelou os investimentos sociais por 20 anos.

Nesse caso, na Assistência Social, percebemos uma trajetória marcada pelo primeiro damismo, bem como a cultura do clientelismo, do mando e do favor, principalmente sob a égide do assistencialismo, sempre presente na cultura política brasileira, a Assistência Social

Conforme cita (COUTO et all, 2012 p. 26) “A Política de Assistência Social é concebida como política pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, compondo, com a Política de Saúde e a Previdência Social, a Seguridade Social brasileira”. A partir desse reconhecimento como Política Pública através do marco legal da Constituição Federal de 1988, através dos artigos 203 e 204 da Carta Magna

A Lei 8742/1993 regulamentou os artigos supracitados, além disso criou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é um benefício que paga um salário mínimo para idosos e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de subsistência por conta própria ou por sua família.

Nesse contexto:

A Política de Assistência Social, de caráter não contributivo e direcionada para quem dela necessitar, tem, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004, e no Sistema Único de Assistência Social (Suas) em implantação desde 2005, os dois instrumentos políticos e normativos mais recentes. Ambos objetivam o avanço da Assistência Social enquanto Política Pública. (COUTO, et all, 2012, p. 26)

Esses instrumentos políticos e normativos serviram de base para a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além das NOB/SUAS de 2005 e 2012, contribuíram para o seu fortalecimento e construção, sobretudo do controle social, além da operacionalização e organização do sistema que nos últimos anos vem sofrendo com o processo de desfinanciamento e desmonte das principais câmaras técnicas e espaços de discussão da política pública.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos para a elaboração deste artigo, partem a partir da revisão bibliográfica da discussão acerca da construção da Assistência Social enquanto Política Pública, em como fazer uma rápida contextualização histórica acerca do processo

de construção do Sistema Único de Assistência Social que é marcado por uma trajetória cheia de avanços e retrocessos.

Ao coletar os dados sobre o Rio Grande do Norte e Ceará-Mirim, onde apresentaremos os dados coletados dos indicadores sociais, do acompanhamento da operacionalização do SUAS, através dos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Relatório de Informações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, dados estes que mostram também, o número de famílias e pessoas inseridas no Cadastro Único, do número de beneficiários do Bolsa Família e BPC.

### 3.1 Contextualizando o Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte está situado na região Nordeste do Brasil, possui uma área de 52.809.599 km<sup>2</sup>, com uma população sendo o censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 3.302.729 habitantes, com população estimada em 2025 de 3.455.236 pessoas e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.728, considerado alto com densidade demográfica de 62.54 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo que a maioria vive nas cidades (população urbana de 82%) ao passo que, a população rural representa 18% do total de habitantes.

Sua economia baseia-se nos setores de serviços (turismo, comércio e serviços de utilidade pública), indústria (petroquímica, construção civil e beneficiamento de produtos agrícolas), agricultura ( frutas como melão, melancia e banana, cana-de-açúcar), carnicultura (camarão), com destaque também para indústria de sal marinho e extração de petróleo e gás natural, o território potiguar possui dois climas (tropical úmido no litoral leste e semiárido no interior) e os seus biomas são a Mata Atlântica e a Caatinga que abrange a maior parte do estado.

Ao levantarmos os seus indicadores sociais, temos os seguintes dados: o rendimento mensal per capita dos potiguares é de R\$ 1.616.00, na educação o estado tem um dos piores IDEB do país com nota média de 4,8 nos anos iniciais do ensino fundamental e de 3,7 nos anos finais do ensino fundamental, as matrículas do fundamental em 2023 eram de 437.133 e no médio eram de 127.507 matrículas, os docentes no ensino fundamental eram 21.725 e no médio eram de 7.813, o número de estabelecimentos de ensino fundamental eram de 2.482 escolas e no médio eram de 477 unidades escolares.

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro voluntário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (PPGSS-UFRN)  
e-mail: hcdecristo@yahoo.com.br

No tocante ao índice de rendimento e trabalho, foram levantados os seguintes dados: com dados de 2024, o rendimento nominal domiciliar per capita estava em R\$ 1.616,00 Reais, o número de pessoas a partir de 16 anos ou mais que estavam ocupadas na semana de referência estava em 1.418 x 1000.

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as pessoas ocupadas na semana de referência (dados de 2016): 49,5%. Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais (2022), 52,5%, já o rendimento real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais (2022) era de R\$ 2.875,00 Reais e o pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social (2022) era de 186.840 pessoas.

A Política de Assistência Social no Rio Grande do Norte, tem como órgão gestor a Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social, em todo o território norte-rio grandense, o Sistema Único de Assistência Social possui o seguinte número de equipamentos: 223 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); 73 Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) Municipais, além de 4 Centros Pop; 70 Unidades de Acolhimento; 157 Centros de Convivência; 17 Centros Dia, o que se pode observar, é o fato de não ter sido implementada a regionalização, uma vez que no levantamento dos aparelhos do SUAS, o estado não possui nenhum CREAS Regional.

O programa de cisternas que atende à população do semiárido potiguar, está presente em 24 municípios a chamada primeira água (para consumo) e cisternas de segunda água (para produção) em 28 municípios, sendo que na primeira foram construídas 3.256 cisternas e para a segunda, foram construídas 896 cisternas, também é gerido pela SETHAS outros programas sociais como o Programa do Leite Potiguar, que atende as famílias inseridas no CADÚNICO, nos 167 municípios.

O Restaurante Popular que ao custo de 1 Real, atende os trabalhadores de baixa renda, população em situação de rua, apátridas, refugiados e migrantes e ainda “há possibilidade de isenção da taxa de refeição mediante solicitação à CODES, através de Centros de Assistência Social municipais”. Também encontramos outros programas sociais como a Sopa Cidadã, onde se encontram 12 unidades em 8 municípios, além da Economia Solidária e do Programa de Artesanato o PROARTE.

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro voluntário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (PPGSS-UFRN)  
e-mail: hcdecristo@yahoo.com.br

Ao pesquisarmos o número de pessoas e famílias cadastradas no Cadastro Único, foram feitos os seguintes levantamentos, com dados atualizados de agosto de 2025.

Famílias Cadastradas no CADÚNICO: 870.817

Estimativa de famílias com perfil de Cadastro Único: 661.567

Cobertura: 95%

Famílias em situação de pobreza: 467.430

Famílias em situação de baixa renda 160.895

Famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo: 242.492

Pessoas Cadastradas no CADÚNICO: 1.995.819

Pessoas em situação de extrema pobreza: 1.101.905

Pessoas em situação de baixa renda: 456.132

Pessoas com renda per capita mensal cima de ½ salário mínimo: 437. 782

O Programa Bolsa Família-PBF, beneficia 469.652 famílias, sendo 1.181.332 pessoas que recebem o valor do programa , o benefício médio mensal é de 660,00R\$ e o valor mensal repassado em agosto de 2025 foi de 310.009.874,00 R\$. Quanto ao Benefício de Prestação Continuada, os dados coletados são de julho de 2025.

Total de beneficiários pela fonte pagadora: 127.428 pessoas

Total de beneficiários do BPC inscritos no Cadastro Único: 125.621 pessoas

Percentual de beneficiários do BPC inscritos no Cadastro Único: 98%

### 3.2 Contextualizando o Município de Ceará-Mirim

O município de Ceará-Mirim-RN, está situado na Região Metropolitana de Natal, possuindo uma área territorial de 724.838km<sup>2</sup>, de acordo com o Censo do IBGE (2022), a cidade conta com uma população de 79.115 habitantes, com uma estimativa em 2025 de 83.543 pessoas, com uma densidade demográfica de 109.15hab/km<sup>2</sup>. Sua economia se baseia principalmente na Administração pública e no setor de serviços, com agropecuária

e a indústria (de etanol a partir da Cana-de-Açúcar) e foi inclusive, a produção de cana-de-açúcar que contribuiu significativamente com o seu desenvolvimento.

O seu território é composto por dois biomas, a Mata Atlântica, que abrange 30% do seu território e a Caatinga que predomina em 70% do município, sendo que é uma zona de transição, o seu clima predominante é o tropical úmido, a Política de Assistência Social tem como órgão gestor a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social-SEMTAS, de acordo com a PNAS, o município é considerado de Médio Porte que abrange municípios com população entre 50.001 e 100.000 habitantes, dentro da divisão territorial do SUAS no Rio Grande do Norte, o município de Ceará-Mirim está inserido no território do Mato Grande.

Os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social em Ceará-Mirim abrangem, 2 Centros de Referência em Assistência Social, sendo 1 CRAS Urbano que está situado no bairro Nova Descoberta e 1 Rural, presente na comunidade quilombola de Coqueiros, 1 Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) que funciona na Rua General João Varela, 455 no Centro da cidade, além de 1 Centro Dia, 1 Centro de Convivência e 3 Unidades de Acolhimento.

Nos seus indicadores sociais foram coletados os seguintes dados: o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios) é de 0,616 em 2022, considerado um IDH-M médio, a taxa de mortalidade infantil em 2023 estava na casa de 13.54 óbitos por mil nascidos vivos, o PIB per capita em 2021 era de 1.394,44 R\$.

Quanto ao trabalho e rendimento: salário médio mensal dos trabalhadores formais (2022) estava em 1,8 salários mínimos, pessoal ocupado em postos de trabalho formais (2022) era de 8.778 pessoas, percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo estava em 46,1% dados de 2010.

Na educação: IDEB anos iniciais do ensino fundamental 4,3; IDEB anos finais do ensino fundamental 3,3 considerado um dos mais baixos do estado e do país os dados são de 2023 a escolarização de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos em 2023, o índice estava em 98%. Número de matrículas do ensino fundamental em 2024 estava em 11.449 alunos (as) e as matrículas do ensino médio eram no ano passado eram de 4.152 estudantes, o número de docentes do ensino fundamental era de 551 professores (as), por sua vez, o ensino médio contava com 202 docentes, além de 55 escolas de ensino Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro voluntário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (PPGSS-UFRN)  
e-mail: hcdecristo@yahoo.com.br

fundamental, distribuídas na Zona Urbana e na Zona Rural e 9 escolas de ensino médio. Na saúde, o município conta com um hospital municipal, o Percílio Alves e várias Unidades Básicas de Saúde (postos de saúde) e um centro clínico do SUS.

Apresentamos os dados coletados acerca da cobertura do Cadastro Único em Ceará-Mirim, que tem uma população predominantemente urbana, com o percentual de 67% enquanto que 33% da população, vive na Zona Rural, no Cadastro Único, de acordo com os dados de agosto de 2025:

Famílias cadastradas no CADÚNICO eram de 18.851

Estimativa de famílias com perfil de Cadastro Único 15.488

Cobertura de 91%

Famílias em situação de pobreza 9.100

Famílias em situação de baixa renda 5.009

Famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo 4.742

Pessoas cadastradas 49.994

Pessoas em situação de pobreza 26. 121

Pessoas em situação de baixa renda 14.593

Pessoas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo 9.280

No Bolsa Família encontramos os seguintes dados levantados, com a atualização de agosto de 2025, o PBF no município de Ceará-Mirim beneficia a 10.361 famílias, sendo 30.591 pessoas, com benefício médio mensal de R\$ 684,46 e o valor do repasse foi de R\$ 7.090.287,00. Já no Benefício de Prestação Continuada-BPC com dados de julho de 2025, o total de beneficiários pela fonte pagadora é de 2.490, total de beneficiários inscritos no Cadastro Único está em 2.467 pessoas, com cobertura pelo CadÚnico de 99%.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Como podemos perceber, diante da análise dos resultados, percebe-se a importância da pesquisa e dos estudos socioeconômicos, na dinâmica do cotidiano do/a assistente social, o qual podemos destacar que, os estudos socioeconômicos na trajetória do Serviço

Social brasileiro tiveram um grande desenvolvimento técnico no período da consolidação da profissão, através da apropriação do marco conceitual do Serviço Social americano e particularmente do Método do Serviço Social de Caso.

Mas diferentemente de como era no início, os estudos socioeconômicos, sob a lógica da teoria social crítica de Marx, devem considerar a totalidade que permeia a vida da população usuária, através das demandas postas no cotidiano profissional, através de como entrevistas, observações, visitas domiciliares direcionados basicamente para o processo de averiguação dos modos de vida dos indivíduos, como era no contexto do Serviço Social de Caso.

Essa intervenção profissional, deve considerar dentro de uma perspectiva crítico-dialética, sobre as determinações que levaram aquela família a estar naquela situação de vulnerabilidade social, diferente do modelo neoliberal que naturaliza a pobreza, como explica (SILVA, 2013, p. 43) acerca do pensamento liberal acerca da pobreza “a explicação da pobreza, a partir do paradigma liberal, tem assumido diferentes posturas” que, em resumo, culpabilizam o indivíduo por aquela situação de pobreza, colocando o mercado como um espaço de satisfação das necessidades individuais, o que a literatura vai denominar de “mão invisível” do mercado, desconsiderando a pobreza como “uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes nessa sociedade” (YASBEK, 2012, p. 289), ou seja, no contexto do pensamento marxiano, a pobreza é resultado da apropriação da riqueza socialmente produzida nas mãos de poucos, ladeada pelo processo de pauperização da vida da classe trabalhadora.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir, através desse artigo, como é importante conhecermos como as Políticas Públicas, sobretudo a Assistência Social está sendo operacionalizada e gerida, bem como o seu acompanhamento, através dos estudos socioeconômicos que irão permear o nosso fazer profissional, dentro de uma perspectiva de totalidade.

O Sistema Único de Assistência Social, tem enfrentado muitos desafios, como o corte de recursos e o subfinanciamentos, precarização dos serviços e do trabalho, o que acaba repercutindo nas demandas postas aos/as profissionais, sobretudo assistentes sociais,

estigmatização dos usuários, enfraquecimento do controle social, como vimos acontecer com a extinção de vários espaços de discussão e na desconvoação da Conferência Nacional de Assistência Social em 2019.

Entre os demais desafios estão o desfinanciamento da Assistência Social, principalmente após a aprovação do “teto de gastos”, descontinuidade dos programas, instabilidade econômica, falta de capacitação dos conselheiros e desvalorização das conferências, tudo isso enfraquece o SUAS e isso impacta diretamente nas condições objetivas e subjetivas do trabalho, reverberando nos/as usuários/as que muitas vezes são estigmatizados e acabam não sendo tratados ou atendidos da forma que deveria.

Mas também tem se tornado um espaço de lutas e resistências, principalmente com a inserção de assistentes sociais, nos espaços de controle, bem como o nosso compromisso ético-político com a classe trabalhadora e com as camadas mais subalternizadas da sociedade brasileira, toda essa conjuntura que impõe inclusive desafios ao nosso Projeto Ético-Político, os/as assistentes sociais devem assumir o protagonismo na luta pelo fortalecimento da assistência social e das demais políticas públicas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Brasileiro de 2022, Rio de Janeiro-RJ. disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> acessado em 29 de agosto de 2025 às 16:00

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social. 2004, Brasília-DF.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatório de Informações**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/> acessado em 29 de agosto de 2025 às 20:00

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, **Estudos Socioeconômicos**. In\_ Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília-DF, 2009.

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro voluntário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (PPGSS-UFRN)  
e-mail: hcdecristo@yahoo.com.br

COUTO, Berenice Rojas et all. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma Realidade em Movimento**. 3 ed. Revista e atualizada, São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão Investigativa no exercício profissional**. In\_ Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. CEFESS; ABEPSS. Brasília-DF, 2009.

RIO GRANDE DO NORTE, **Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS)**. 2019; 2025. Natal-RN. disponível em: <http://www.sethas.rn.gov.br/> acessado em 30 de agosto de 2025 às 19:00

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**, São Luís, EDUFMA, 2013.

YASBEK, Carmelita. **Pobreza no Brasil Contemporâneo: formas de seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade, num. 110 pag; 288-322, São Paulo: Cortez, 2012.